

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa **Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)**, ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

CPMI-PETRO

**Requerimento
Nº 239/14**

*Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **LAERCIO PEREIRA** ex-dono da Petrosul, acusada de receber crédito milionário da Petrobras sem garantia.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas providências necessárias à convocação do Senhor **LAERCIO PEREIRA**, empresário, ex-dono da Petrosul – distribuidora de combustível de São Paulo, cujo nome aparece nas anotações de Paulo Roberto, sempre associado a grandes perspectivas de negócios na área de distribuição de combustíveis.

JUSTIFICAÇÃO

O Senhor Laercio Pereira aparece nas anotações de Paulo Roberto sempre associado a grandes perspectivas de negócio na área de distribuição de combustíveis. As anotações revelam até que ambos voavam juntos em jatinhos.


Lendro Augusto Cunha
Técnico Legislativo
Matr. 232.868
28/05/14; 15:00

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Em 2007, quando era diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto concedeu à Petrosul, empresa então pertencente à Laercio Pereira, um crédito milionário, sem garantias, para que a Petrosul vendesse produtos à estatal. A Petrosul deu calote na Petrobras, que entrou com duas ações na Justiça do Rio, em 2008, cobrando R\$ 100 milhões. Mas até hoje não recebeu nenhum centavo.

É considerada uma empresa tratada com privilégios dentro da Petrobrás, inclusive com contratos em condições diferenciadas.

Em vista do exposto, solicito o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de de 2014.


Deputado Rubens Bueno
PPS/PR